

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.306 - SP (2019/0123770-1)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : ARETUSA TAMASSAKI KINA**  
**ADVOGADO : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA - SP104016**  
**AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADO : MILTON FLAVIO DE ALMEIDA C. LAUTENSCHLAGER - SP162676**

## EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL, PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PRESTAÇÃO DE CONTAS. PRIMEIRA FASE. CONTRATO DE CONTA CORRENTE. PEDIDO GENÉRICO. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.*

## DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por ARETUSA TAMASSAKI KINA contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado na alínea "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 236):

*PRESTAÇÃO DE CONTAS. Contratos bancários. Primeira fase. Determinação do juízo para apresentação das contas pelo banco réu. Pedido, entretanto, formulado com postulação genérica, sem indicação dos negócios e períodos. Inadmissibilidade.*

*Orientação emanada da jurisprudência do STJ. Carência de ação. Recurso provido para esse fim.*

*“O conhecimento da ação de prestação de contas subordina-se à indicação na inicial, do período determinado em relação ao qual o autor busca esclarecimentos com a exposição e correção de motivos consistentes e ocorrências duvidosas que justifiquem sua pretensão.”*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 290/294).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração ao art. 550 do CPC. Assevera que *o pedido deduzido na exordial é de prestação de contas com base na discordância do crédito declarado pela Recorrente, suficientemente certo e determinado, não havendo que se falar em pedido genérico* (e-STJ fl. 257). Defende que *admissível portanto a propositura da ação de prestação de contas pelo correntista de instituição bancária, para solicitar que esta preste contas da administração do dinheiro por aquele depositado, desde a abertura da conta corrente até a data do pedido, ou do efetivo encerramento da mesma.*(e-STJ fl. 260)

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls.298/304).

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

Esta Corte Superior possui orientação consolidada no sentido de que, apesar de o correntista possuir interesse processual para exigir contas da instituição financeira, conforme se extrai do teor da Súmula 259/STJ, afigura-se imprescindível que aponte concreta e fundamentadamente as irregularidades detectadas, bem como o período determinado que se busca esclarecimentos, não bastando a mera referência genérica a respeito, como a verificada no presente caso. Veja-se que esta Corte Superior já decidiu que se inclui na categoria de pedido genérico aquele em que se pleiteia a prestação de contas referente a todo o período de contratação.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte Superior:

***PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. INÉPCIA DA INICIAL. REVISÃO. PRETENSÃO RECURSAL QUE ENVOLVE O REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AÇÃO DE PRESTAÇÃO***

*DE CONTAS. PEDIDO GENÉRICO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO. PRECEDENTES. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.*

*[...]*

*3. A Segunda Seção desta Corte firmou entendimento de que, a despeito de ser cabível a ação de prestação de contas pelo titular de conta corrente (Súmula nº 259 do STJ), é imprescindível que o autor aponte, em sua inicial, o período exato em que ocorreram lançamentos duvidosos, com exposição de motivos consistentes que justifiquem a provocação do Poder Judiciário.*

*4. Impõe a extinção da demanda, por falta de interesse de agir, a apresentação de pedido genérico, no qual se inclui aqueles como o dos autos, em que se pleiteia a prestação de contas referente a todo o período da contratação.*

*[...]*

*6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.*

***(AgInt no AgInt no AREsp 1175258/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018)***

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTA CORRENTE. PEDIDO GENÉRICO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. Conquanto a jurisprudência desta Corte tenha-se firmado no sentido de que "a ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta-corrente bancária" (Súmula 259/STJ), independentemente do prévio fornecimento de extratos, é imprescindível que, na petição inicial, sejam indicados motivos consistentes acerca de ocorrências duvidosas na conta-corrente, bem como o período determinado sobre o qual se buscam esclarecimentos, não se admitindo, para tal fim, a afirmação genérica de que se busca prestação de contas desde a sua abertura até os dias atuais.*

*Ademais, para a revisão da contratualidade, deve a parte ajuizar ação ordinária, cumulada com eventual repetição do indébito (AgRg no REsp 1.203.021/PR, Relatora p/ acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 24/10/2012).*

*2. Agravo interno não provido.*

***(AgInt no AREsp 1214990/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018)***

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, é indispensável que a correntista aponte de forma concreta e fundamentada as irregularidades encontradas, não bastando a simples referência genérica a lançamentos que teriam sido efetuados de forma indiscriminada pela instituição financeira.

Desse modo, o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento desta Corte, esbarrando o apelo nobre no óbice da Súmula 83/STJ.

Insta salientar, outrossim, que, para aferir a alegação de que os documentos constantes do feito individualizariam os lançamentos e as respectivas irregularidades que seriam alvo da prestação de contas, o que afastaria a assertiva de que o pedido foi genérico, seria indispensável revolver o conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em sede especial, conforme reza a Súmula 7/STJ.

Destarte, inviável a pretensão da recorrente.

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito à multa prevista no CPC/2015.

Por fim, em atenção ao art. 85, § 11, do CPC/2015, que tem dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada, a título de honorários recursais, sendo fixada a verba honorária em 2.500,00 (e-STJ fl. 241) pela Corte Estadual, a majoração dos honorários para 2.600,00 é medida adequada à hipótese. Ônus suspensos, entretanto, na hipótese de assistência judiciária, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC/2015.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator